



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO inconveniente

A próxima crise

Depois desta crise, vamos ter outra crise.

Tenho muitas dúvidas sobre o estado da economia depois desta crise sanitária, sobretudo quando os apoios começarem a faltar, porque não são infinitos, começando já em Setembro, quando terminarem as moratórias bancárias, que já vão nos 40 mil milhões de euros.

Mesmo o turismo, em que depositávamos tantas esperanças aqui nos Açores, vai demorar a recuperar para os níveis pré-pandemia, até porque os maiores destinos turísticos, que sofrem como nós esta crise, vão querer atrair turistas a todo o custo, com ofertas e promoções difíceis de concorrer.

É neste cenário que devemos ter muito cuidado com a distribuição dos fundos da solidariedade europeia, que, tal como as vacinas, também vão chegar atrasados (a tradicional burocracia europeia sempre a imperar).

A aplicação dos fundos não pode ser entregue apenas aos decisores políticos.

O Plano de Resiliência que se fez nos Açores é exemplo disso. Foi tão mal feito que agora precisa de ser corrigido.

Em vez de se canalizar os fundos para o investimento produtivo, para a criação de riqueza e postos de trabalho, uma parte considerável das verbas estavam destinadas para a “transição energética”, como se isto fosse, na presente conjuntura, uma prioridade para os cidadãos e para a nossa economia.

Se não investirmos nas empresas e nos trabalhadores, pilares do crescimento económico, continuaremos como uma região frágil, pobre e a engordar apenas a poderosa e vasta administração pública regional, para contentar apenas clientelas políticas e os que passam a vida a comer do orçamento da região.

O que vem aí, mesmo com as vacinas, irá ser uma espécie de terramoto, para o qual temos de estar bem preparados.

Nada como ouvir e aprender com as grandes instituições internacionais, que vão analisando e perspectivando a situação de crise que enfrentamos.

Os Açores estão muito dependentes de factores externos e se olharmos para os relatórios que os organismos internacionais vão publicando regularmente, é fácil perceber que não será ainda este ano que teremos um arranque fulgurante nos sectores económico e social.

Por exemplo, no gráfico que acompanha esta crónica, agora divulgado pela Comissão Europeia no seu relatório sobre perspectivas económicas para 2021, é visível a flutuação do número de dormidas turísticas nos países da Europa.

O declínio do turismo foi mais acentuado durante a primeira onda e apenas ligeiramente mais forte para viagens transfronteiriças do que para o turismo doméstico.

Durante o Verão, o turismo recuperou para níveis pré-pandémicos, mas depois sofreu outro revés, com as viagens internacionais muito mais afectadas.

Na União Europeia, as dormidas de residentes em 2020 diminuíram quase 30% em comparação com 2019.

Em contrapartida, os turistas não residentes diminuíram cerca de 70%.

Em 2020 o turismo transfronteiriço ficou entre 53 (Luxemburgo) e 79% (Espanha e Roménia), em comparação com o ano anterior.

Onde os turistas transfronteiriços dependem principalmente das viagens de carro (por exemplo, Croácia, Holanda), o declínio acabou sendo menos forte do que onde predominam as viagens aéreas, como é o caso dos Açores, fortemente penalizado.

Segundo a análise da Comissão Europeia, a pandemia vai continuar a moldar o sector em 2021, na medida em que os potenciais turistas querem limitar os riscos de saúde pública, até que a imunidade de grupo seja alcançada.

Além disso, prossegue a análise, a incerteza do planeamento também pode ter um grande impacto em 2021, especialmente para regiões normalmente alcançadas por transporte aéreo, como é o nosso caso.

O relatório conclui que os potenciais turistas vão querer evitar multidões, resultando em viagens mais espontâneas no país de origem ou para destinos acessíveis por carro.

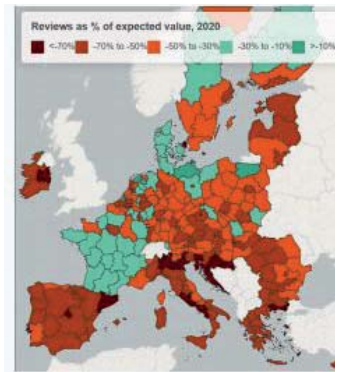
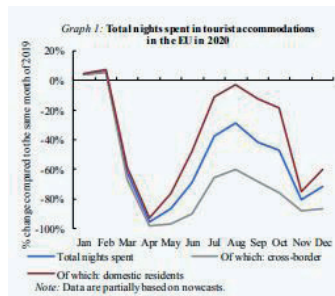
Assim, é previsível uma recuperação relativamente mais forte no turismo costeiro e rural, mas os fluxos de turismo como na pré-pandemia não devem recuperar este ano.

Para quem precisa de planeamento antecipado, como é o sector do turismo, bem se pode dizer que este vai ser mais um ano praticamente perdido.

E se a economia perde com isso, afunda-se ainda mais com a perspectiva negativa por parte do consumo privado, como se tem visto pelos relatórios do Serviço Regional de Estatística dos Açores.

No mandato da governação anterior apostou-se muito na estratégia do rendimento disponível, omitindo o que se fez no poder de compra.

Ou seja, deu-se mais rendimento, mas tirou-se poder de compra com os im-



postos indirectos.

Parece um paradoxo, pois se há aumento dos salários logo há mais rendimento. O problema é que, ao mesmo tempo, aumentam-se os impostos sobre o consumo.

Para os mais pobres não há alívio. Ganham por um lado e perdem imediatamente pelo outro quando vão comprar o essencial do dia-a-dia.

Melhor seria olhar para o poder de compra e para a probabilidade de as pessoas arranjar emprego, o que é um paradigma completamente diferente que deveria ser encarado pelos próximos Planos e Orçamentos regionais, como é o caso do desagravamento fiscal.

Voltando aos avisos internacionais, Christine Lagarde, a Presidente do Banco Central Europeu (BCE), já veio alertar para os impactos que a pandemia continuará a ter nas economias do euro, especialmente com as medidas de confinamento decretadas perante a 3.ª vaga.

Numa entrevista à The Economist, Lagarde deixa o recado: “os países devem continuar a apoiar as economias pelo menos em 2021 e, provavelmente, mais além, dependendo do impacto da pandemia e a evolução da vacinação”.

Portanto, retirar apoios antes do tempo ou aliviar as ajudas a empresas e trabalhadores com base numa percepção de que a vacinação resolverá tudo, é um erro.

Daí o alerta de Lagarde para que os líderes europeus ratifiquem rapidamente a famosa “bazuca”, para que parte dessa verba seja disponibilizada ainda durante este ano.

Por sua vez, o Banco de Portugal já veio, também, alertar que as empresas mais pequenas e as do sector do alojamento e restauração, como é o caso da nossa região, estão a ser seriamente afectadas porque têm maiores custos fixos operacionais em percentagem das vendas.

Com efeito, a actual crise pandémica tem realçado a importância dos custos fixos operacionais na capacidade das empresas fazerem face a uma queda abrupta nas vendas.

Uma análise dos custos fixos operacionais tendo em conta estas dimensões de flexibilidade mostra que, no período entre 2006 e 2018, estes custos representam em média cerca de 15% das vendas das empresas.

Segundo o Banco de Portugal, os sectores com custos fixos operacionais mais elevados são o alojamento e a restauração (31%), as actividades de saúde (28%) e os outros serviços (23%).

Por sua vez, os sectores com rácios mais baixos são o comércio por grosso e a retalho (9%) e os transportes e armazenagem (10%).

A análise por dimensão da empresa mostra que em média os custos fixos operacionais das microempresas (a esmagadora maioria nos Açores) representam cerca de 18% das vendas, enquanto para as empresas grandes estes custos representam 13% das suas vendas.

É importante que os governantes tenham a noção de que os mercados não se restabelecem por magia.

Temos, portanto, crise para muito tempo e é preciso evitar que o choque económico e social que vamos sofrer não seja maior por incompetência de quem tem na mão os nossos destinos.

Daí que o debate e as soluções não devam ficar apenas nas mãos da classe política.

É preciso alargar o círculo a toda a sociedade e saber ouvir o que dizem os mais experientes.

Isso sim, é cidadania.